

**1º CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: Desafios da  
inserção em contextos contemporâneos  
23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória – ES**

**Elites políticas: trajetórias e perfil dos legisladores do Estado do Espírito Santo**

Luana Puppim Pratti<sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta deste trabalho é discutir os padrões de carreiras políticas dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo a partir de suas características sócioeconômicas, utilizando os resultados de dados verificados em pesquisa anterior<sup>2</sup>. Será observado a trajetória política dos representantes eleitos no período de 1986 a 2010, indicando a profissionalização dos mesmos, além de aferir sobre a experiência em cargos eletivos e na administração pública. Também será analisado quais cargos são ocupados dentro da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), com o intuito de confirmar se há formação de uma elite legislativa dentro da instituição. Nesse sentido, a hipótese colocada é de que determinadas trajetórias, com certo acúmulo de experiência, promovem maiores chances de ocupação de cargos de comando na estrutura de poder da Assembleia e, com isso, favorece a consolidação de carreiras políticas dos parlamentares. Por fim, avaliaremos sinais de consolidação da carreira parlamentar tendo em vista a *seniority*, isto é, a experiência prévia do representante no próprio cargo de deputado estadual.

**Palavras-chave:** Elites políticas; Trajetórias Políticas; Deputados Estaduais.

## **1. Introdução**

O debate sobre elites políticas tem ganhado notoriedade nas discussões dos cientistas políticos nos últimos anos, inclusive em grupos que estudam o tema no Brasil (Messenberg, 2002; Rodrigues, 2002; Perissinoto, 2009) . O aspecto do “quem governa”, sem sombra de dúvidas, ainda é a principal abordagem da questão sobre as elites políticas, o destaque de suas características e qualidades sociais e econômicas abarcam boa parte das pesquisas sobre o tema. Entretanto, tem despontado entre pesquisadores da área questionamentos sobre a profissionalização dos atores políticos e como estes se mantêm no poder . É sob este último aspecto que dirigimos os esforços desse trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Contato: luacso@gmail.com

<sup>2</sup> “Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do legislativo estadual capixaba, 1986-2010.” (Pratti, 2013)

Entendemos como elite política aqueles indivíduos que possuem determinadas qualidades e características capazes de proporcionar maiores chances de exercer a atividade e profissão política, também podem fazer parte da elite política àqueles indivíduos capazes de influenciar nas decisões de impacto coletivo. Por um lado a formação de uma elite política depende da disponibilidade de recursos particulares de cada indivíduo, por outro resulta das condições oferecidas pelas organizações/instituições para o exercício do poder (Mosca, 1987; Pareto, 1984, 1996 ; Michels, 1982)

A entrada dos atores na esfera política é facilitada por aspectos particulares de suas personalidades, mas também pela estrutura de oportunidades oferecidas pelo sistema eleitoral (Norris, 1997; Samuels, 2003; Borchert, 2011). Além disso, a construção de uma carreira política, não depende somente desses aspectos, mas está particularmente ligado a profissionalização contínua desses atores na cena política, ou seja, a capacidade deles se tornarem profissionais políticos, aproveitando tanto qualidades pessoais, como estrutura de oportunidades para se manter no poder.

Trajetórias políticas podem se dar em dois sentidos principais: a ascensão da carreira (quando o político ascende a cargos eletivos mais altos) ou, no sentido do *seniority* (Polsby, 2008) (a manutenção do mesmo cargo, no nosso caso o legislativo estadual). Ambas situações permitem a profissionalização do político ( Leoni, Pereira, Rennó, 2003; Santana, 2008).

Isto posto, a finalidade desse trabalho, é verificar quais são os padrões de carreiras políticas construídas pelos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo a partir de seu perfil sócio-econômico e da estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema eleitoral brasileiro. O pressuposto principal é de que determinadas trajetórias, favorecem a ocupação de cargos importantes dentro da instituição, qual seja, a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, favorecendo, de tal maneira, a consolidação de carreiras políticas dos parlamentares, incentivando o *seniority*.

Portanto, algumas características particulares irão favorecer a carreira política de alguns indivíduos, gerando consequências para o perfil das instituições políticas, por exemplo a intitucionalização, e a composição dos governos, bem como para a qualidade das suas políticas (Norris, 1997) .

A pesquisa empírica reuniu dados biográficos dos deputados estaduais eleitos no período entre 1986-2010. Foram compilados dados em relação à idade, escolaridade,

região de origem, profissão, participação em associações politicamente relevantes, experiência em cargos eletivos no executivo e no legislativo, experiência na administração pública e experiência em cargos importantes na Assembleia. Para a análise dos dados foi utilizado o SPSS, que permitiu averiguar com maior precisão as informações disponíveis, além de possibilitar o teste de correlação entre as variáveis.

No total foram avaliadas 207 vagas ao longo do período. Entretanto isso não quer dizer que 207 indivíduos diferentes foram eleitos deputados estaduais, mas a quantidade de cadeiras que puderam ser ocupadas no intervalo analisado. Temos assim a seguinte distribuição: na 11ª legislatura foram eleitos 27 deputados e nas demais foram eleitos 30 parlamentares cada. Devemos lembrar que ao longo do período houve reeleições, sendo que, dessas 207 vagas, 41 foram ocupadas por indivíduos que passaram pela reeleição.

Apesar do nosso esforço no levantamento dos dados, não foi possível encontrar algumas informações relativas a determinados deputados, principalmente aquelas relacionadas a experiência política. Em alguns casos, a falta de informação reflete nos resultados, mas não inviabiliza a análise.

A experiência política mostrou-se fundamental na conquista de uma posição privilegiada dentro da Ales. A hipótese desta pesquisa foi confirmada através dos testes estatísticos. Foram notados uma alta correlação entre a experiência no *seniority* e na *expertise* em geral para se alcançar cargos importantes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Enfim, observamos, como todos estes fatores impactaram na formação de uma elite “intra-parlamentar”. Os postos de poder disponíveis na Ales estão sob o controle de um grupo restrito de parlamentares, sobretudo daqueles que se possuem maior profissionalização dentro da instituição.

## **2. Perfil social e trajetórias políticas: recursos para a manutenção do poder e consolidação da carreira política.**

Neste tópico buscaremos apontar algumas características do perfil social e econômico da elite parlamentar do estado do Espírito Santo com o propósito de assinalar quais qualidades podem auxiliar na entrada para a atividade política e quais

podem contribuir para o desenvolvimento da carreira política e manutenção do poder. Também será verificada a trajetória política dos deputados eleitos e qual a dinâmica dessas carreiras de estática, favorecendo o *seniority*, ou progressiva.

A hipótese principal desta pesquisa fundamenta-se no princípio de que determinadas características socioeconômicas e, particularmente, políticas promovem maiores oportunidades de carreiras legislativas, sobretudo consolidando lideranças em postos de poder no interior do parlamento. Sendo assim, neste tópico avaliamos se os antecedentes políticos dos deputados estaduais do Espírito Santo estão vinculados aos cargos que ocupam dentro da instituição, testando empiricamente nossa hipótese.

Na pesquisa realizada, constatamos um padrão no perfil social e econômicos dos deputados estaduais eleitos no período destacado, sendo assim, pontuaremos alguns dos principais aspectos:

#### ***Sobre perfil socioeconômico<sup>3</sup>:***

- Há uma predominância entre representantes do sexo masculino entre os deputados eleitos, sendo 91,8% dos deputados homens;
- A média de idade dos legisladores fica em torno dos 47 anos, sendo essa média um pouco mais elevada quando relativas as mulheres por volta dos 48,94 anos, enquanto os homens tem em média 45, 11 anos;
- Quando analisadas separadamente as regiões de origem, observou-se que ao longo das legislaturas, a maioria dos deputados tem como região de origem a Região Metropolitana da Grande Vitória, entretanto deve-se atentar para o fato de que as regiões interioranas, se consideradas num conjunto, agregam 53, 6% do total de representantes eleito.
- Em relação à escolaridade verificou-se um parlamento altamente escolarizado, com 74,5% dos deputados com curso superior.
- No quesito profissão, averiguou-se a preponderância de três atividades principais: Profissionais da Área Jurídica, Empresários e Comerciantes e

---

<sup>3</sup> A análise dos dados completa podem ser verificados em Pratti, 2013: “PERFIL SOCIAL, RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO ESTADUAL CAPIXABA, 1986-2010.”

Profissionais da Saúde, o que mostrou que as profissões liberais são mais associadas ao desenvolvimento de carreiras políticas no estado.

***Quanto à origem partidária e ao perfil político dos deputados estaduais<sup>4</sup>:***

- Foram identificados 23 agremiações partidárias representadas na Ales ao longo do período estudado, indicando uma alta fragmentação da mesma. Dentre os partidos, 5 tiveram as maiores representações: PFL/Dem, PMDB, PT, PDT e PTB, respectivamente. Contudo, nenhum deles conseguiu ser representativamente hegemônico em nenhuma legislatura.
- No que concerne à participação em associações politicamente relevantes (militância partidária, sindicatos, movimento estudantil, associações civis, entre outros), pode-se afirmar que não é uma dimensão muito relevante para a construção das carreiras políticas dos deputados estaduais.
- Em relação às experiências em cargos administrativos, observou-se que cerca de 90 parlamentares haviam passado por algum cargo da burocracia pública, enquanto 75 não acumulavam essa experiência. Para os demais não havia informação.
- A experiência em cargos eletivos legislativos (exceto *seniority*) é crescente entre os parlamentares, sendo que na 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> os deputados que possuem essa experiência sobressaem aqueles que não possuem.
- Em cargos executivos a experiência dos parlamentares é menor, principalmente quando comparados à *seniority* e a outros cargos legislativos.
- Existe uma tendência de aumento para a *seniority*, principalmente após a superação da crise de governabilidade da década de 1990<sup>5</sup>.
- No geral, quando analisamos a experiência dos deputados de forma agregada, ou seja, considerando toda a experiência prévia, percebe-se o desenvolvimento da profissionalização dos parlamentares na atividade política, em contrapartida, a construção de carreiras políticas obedece a lógica *dinâmica*, isto é a preocupação está em ocupar cargos eletivos pouco

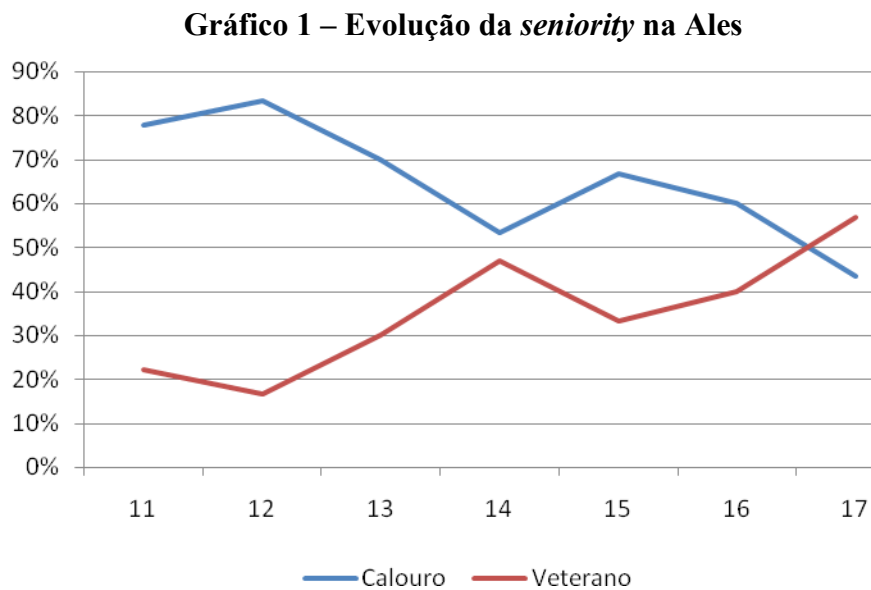
---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Sobre a crise de governabilidade no estado do Espírito Santo ver Silva (1995; 2010)

importando se no executivo ou legislativo, também não se considera o nível da federação (se municipal, estadual ou federal).

O gráfico abaixo demonstra a evolução do *seniority* na Assembleia Legislativa do Espírito Santo no período 1986-2010:



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

O gráfico 1 demonstra que ao longo do tempo houve uma tendência a manutenção do poder pelos deputados que estavam inseridos dentro da instituição. O *seniority* aponta para uma profissionalização dos membros da Ales e para a reprodução de uma elite no poder.

Com a intenção de atingir o nosso propósito, analisamos os cargos de liderança dentro da Ales de maior importância e mais almejados pelos deputados, sendo eles: Presidente da mesa diretora, 1º secretário, Presidente da Comissão de Finanças e Presidente da Comissão de Justiça<sup>6</sup>. Os demais cargos foram suprimidos, visto que, por se tratar de um número restrito de representantes, a maioria conseguia exercer algum cargo<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Apesar da importância do cargo de líder de governo este não foi considerado por falta de informações suficientes sobre os ocupantes do cargo em todas as legislaturas.

<sup>7</sup> Domingues (2001) relata que o reduzido número de parlamentares restringe a divisão de trabalho dentro da Ales. Assim a quantidade de comissões disponíveis e de cargos conseguem abarcar quase a totalidade dos representantes no que se refere a ocupação das vagas ofertadas.

Com relação aos indicadores de experiência política, vale esclarecer que a análise compreendeu os cargos no legislativo municipal e federal (vereador, deputado federal e senador), *seniority* (deputado estadual), cargos no executivo (municipal – prefeito e vice-prefeito; estadual – governador e vice-governador e federal – presidente e vice-presidente, apesar de não haver representantes deste último). Também foram incluídos cargos na administração pública, como secretarias de estado ou município, diretor ou funcionário do alto escalão de empresa pública e demais cargos ligados à burocracia dos governos. Avaliou-se então 4 tipos de experiências políticas, que permitiram construir um índice de experiência política, testado adiante.

A hipótese será testada verificando-se a existência ou não de correlações entre experiências políticas prévias dos deputados e a ocupação de cargos de poder no interior da Assembleia. As técnicas estatísticas utilizadas são as tabelas de cruzadas e respectivos qui-quadrados.

A tabela 1 oferece uma primeira confirmação da hipótese. Considerando-se os postos de liderança preenchidos na Ales e o *seniority*, verificou-se se o maior tempo de “casa” favoreceria a ocupação dos mesmos, como evidenciado a seguir:

**Tabela 1 – Cargos de comando ocupados na Ales x Seniority**

Ocupou cargo de comando na Ales	Tem <i>seniority</i>		Total
	Não	Sim	
<b>Não</b>	117 87,3%	54 74,0%	171 82,6%
<b>Sim</b>	17 12,7%	19 26,0%	36 17,4%
<b>Total</b>	134	73	207

$X^2: 5,854, gl. = 1; sig. 0,016$

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

O teste do qui-quadrado mostrou uma relação alta e significativa entre ser “sênior” na casa e ocupar cargos de comando, tem-se então:  $X^2: 5,854, gl. = 1; sig, 0,016$ . Observou-se uma grande concentração de indivíduos, 117, que não possuíam o *seniority* e que não ocuparam cargos na Ales. De acordo com o valor do  $X^2$ , essa concentração não é casual, mas aponta uma correlação. Apesar da alta correlação entre *seniority* e cargos importantes ocupados, observou-se que alguns não possuem *seniority*, mas conseguiram alcançar algum posto na Ales. Isso pode ocorrer caso o parlamentar possua outras experiências. Assim, houve a necessidade de avaliar se outras

experiências são igualmente importantes para o desenvolvimento de carreiras no interior do legislativo.

Na tabela 2 foram correlacionados os cargos de comando acessados na Ales e a experiência em cargos legislativos (exceto na própria Ales). A relação entre as variáveis observada com o teste do qui-quadrado não foi significativa, sendo:  $X^2$ : 2,125, *gl.*=2; sig.0,346.

**Tabela 2 – Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos legislativos (exceto na assembleia)**

Ocupou cargo de comando na Ales	Tem experiência em cargos legislativos no geral		Total
	Não	Sim	
<b>Não</b>	94 79,7%	64 85,3%	171 82,6%
<b>Sim</b>	24 20,3%	11 14,7%	36 17,4%
<b>Total</b>	118	75	207

$X^2$ : 2,125, *gl.* = 2; sig. 0,346

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Segundo o índice de qui-quadrado utilizado, as experiências em outras esferas legislativas, municipal ou federal, não são estatisticamente importantes para a ocupação de cargos de comando dentro da Ales. Em números absolutos, 94 deputados que não possuíam experiência em cargos legislativos também não ocuparam cargos importantes na Assembleia, como assinalado abaixo:

A hipótese da experiência prévia ainda associou experiência no poder executivo e ocupação de cargos de comando na Ales. O exame estabelecido pelo qui-quadrado foi ainda mais baixo se comparado com a relação anterior, obteve-se:  $X^2$ : 1,775, *gl.* = 2; sig. 0,412. Do total de legisladores no período, 116 não ocuparam cargos de chefia no Executivo, conseqüentemente, não obtiveram acesso aos cargos de direção disponíveis na Ales, enquanto 7 deputados tiveram prática no poder executivo e acessaram cargos, como exposto logo abaixo:



**Tabela 3 – Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos Executivo**

<b>Ocupou cargos na chefia do Executivo</b>			
<b>Ocupou cargo de comando na Ales</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
<b>Não</b>	116 80,6%	42 85,7%	171 82,6%
<b>Sim</b>	28 19,4%	7 14,3%	36 17,4%
<b>Total</b>	144	49	207

$\chi^2: 1,775, gl. = 2; sig. 0,412$

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora

Verificou-se, por fim, o impacto da experiência em cargos administrativos na ocupação de postos na Ales. O teste do qui-quadrado também não foi estatisticamente relevante, atingindo a seguinte correlação:  $\chi^2: 2,166, gl. = 2; sig. 0,141$ . Um total de 17 parlamentares acumulavam experiência administrativa e ocuparam cargos na Ales, em contrapartida 79 não possuíam experiência na esfera administrativa e sequer ocuparam cargo de comando na Ales.

**Tabela 4 – Ocupou cargo de comando na Ales x Experiência em cargos públicos administrativos**

<b>Ocupou cargos administrativos</b>			
<b>Ocupou cargo de comando na Ales</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
<b>Não</b>	79 85,9%	57 77,0%	136 81,9%
<b>Sim</b>	13 14,1%	17 23,0%	30 18,1%
<b>Total</b>	92	74	166

$\chi^2: 2,166, gl. = 2; sig. 0,141$

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

No entanto, se por um lado os testes, isoladamente, não tenham apontado a correlação estatística significativa entre experiência e ocupação de cargos de comando, como mostrou os resultados, por outro, as tabelas 2, 3 e 4 *não apontam para a negação da hipótese*. Observando os percentuais e os valores absolutos distribuídos nestas três tabelas, nota-se que a tendência de distribuição é a mesma da tabela referente à *seniority* (tabela 1): um grande número de deputados sem experiência no legislativo, executivo ou na administração coincide com o montante dos que não ocuparam cargos parlamentares de comando.

Como dito anteriormente, todas essas experiências acumuladas permitiram construir um indicador de *expertise*. Assim o nível 0 de *expertise* significa que o legislador não possui nenhuma experiência em qualquer um dos cargos analisados; o

nível 1 indica uma única experiência em algum dos cargos; para 2 a *expertise* indica que o deputado acumulou duas experiências diferentes e assim respectivamente para 3 e 4. Ou seja, para 4, o deputado passou pelo legislativo em outras esferas de governo, pelo executivo, por cargos na administração pública e adquiriu *seniority* na Ales, tendo, assim, um maior *know-how*. O pressuposto é que quando maior o valor do índice, maior a chance de ocupar cargo de comando parlamentar. O quadro seguinte examinou esse elemento:

**Tabela 5 – Ocupação de cargo de liderança na Ales x *Expertise* total**

Ocupou cargo de comando na Ales	Nível de <i>expertise</i>					Total
	0	1	2	3	4	
<b>Não</b>	47 100,0%	72 87,8%	29 61,7%	10 66,7%	0 0,0%	158 81,4%
<b>Sim</b>	0 0,0%	10 12,2%	18 38,3%	5 33,3%	3 100,0%	36 18,6%
<b>Total<sup>8</sup></b>	47	82	47	15	3	194

**R de Pearson:** 0,418; sig. 0,000

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Via de regra, podemos notar que, com aumento da *expertise*, invariavelmente, a possibilidade de ocupar cargos no interior do legislativo estadual se eleva, sendo o contrário também verdadeiro, ou seja, sem nenhuma *expertise* o parlamentar não consegue se estabelecer como liderança. Todos os parlamentares com nível de *expertise* 4 ocuparam cargos na Ales, demonstrando a importância da profissionalização e especialização. O maior índice está entre aqueles deputados que acumulam duas experiências diferentes em sua trajetória, ficando em torno de 38,3%. A correlação entre estes fatores é muito significativa, podendo ser observado tanto nos valores distribuídos na tabela, como no *R* de Pearson: 0,418; sig. 0,000.

Os dados apresentados nos sugerem, então, que a *expertise* e a profissionalização dos deputados tornam-se essenciais para a conquista de cargos de liderança no interior da instituição, o que confirma a Teoria da institucionalização proposta por Polsby (2008), o qual afirma que quanto maior a profissionalização, especificamente quando ligada à *seniority*, maiores as chances de se alcançar posições de hierarquia mais altas no poder legislativo.

<sup>8</sup> 13 deputados não foram contabilizados nessa análise devido a falta de informações

Enfim, conclui-se que a construção de uma carreira política com acúmulo de cargos agregados conciliados a determinadas características socioeconômicas e culturais facilitam o acesso não só ao cargo de deputado estadual, bem como ao exercício de atividades internas ao legislativo, formando assim uma elite “intra-parlamentar”. Tal proposição confirma também o pressuposto da teoria das elites, qual seja, a de que a elite política reflete o compartilhamento de certos aspectos individuais comuns ao grupo.

Para o caso analisado, especificamente, podemos afirmar que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo tende a se tornar cada vez mais institucionalizada e seus membros mais especializados. Além disso, deve-se enfatizar, há a tendência de formação de uma oligarquia parlamentar que controla os espaços de poder disponíveis na mesma.

### **3. Considerações Finais**

A proposta deste trabalho foi testar empiricamente a hipótese colocada no início desta discussão, qual seja, a de que certos parâmetros socioeconômicos e determinadas trajetórias políticas favorecem o ingresso e a permanência dos deputados na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, e contribuem para formar uma elite “intra-parlamentar” que domina as posições de poder dentro da casa.

Inicialmente foram avaliadas as qualidades socioeconômicas dos representantes, estabelecendo um perfil para este grupo. Dentre as principais características podemos destacar que os membros da Assembleia Legislativa do Espírito Santo são formados em sua maioria por homens, com média de idade de aproximadamente 47 anos, com alta escolaridade, exercendo predominantemente profissões ligadas a área jurídica e atividades empresariais e comerciais.

Outro ponto debatido nesta pesquisa foi quanto às trajetórias políticas percorridas pelos parlamentares. Desse aspecto também foram retiradas algumas premissas. O parlamento capixaba do ponto de vista da composição partidária é altamente fragmentado. A participação em organizações politicamente relevantes não é crucial na trajetória para alcançar o poder, sugerindo um caráter oligárquico dos parlamentares do estado.

A experiência em cargos eletivos no poder executivo e legislativo também não se mostrou fundamental para se alcançar uma cadeira na Assembleia, sendo que 23,6% dos dos mandatos analisados, possuíram experiência em cargos executivos e 36,2% em cargos no legislativo. A *seniority* e a taxa de recondução parlamentar foram aumentando gradativamente, principalmente após o período de crise governativa na década de 1990, apontando para uma tendência de institucionalização do parlamento e de profissionalização parlamentar.

A experiência política mostrou-se fundamental na conquista de uma posição privilegiada dentro da Ales. A hipótese desta pesquisa foi confirmada neste capítulo através dos testes estatísticos. Foram notados uma alta correlação entre a experiência no *seniority* e na *expertise* em geral para se alcançar cargos importantes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Enfim, observamos, como todos estes fatores impactaram na formação de uma elite “intra-parlamentar”. Os postos de poder disponíveis na Ales estão sob o controle de um grupo restrito de parlamentares, sobretudo daqueles que se possuem maior profissionalização dentro da instituição, confirmando a teoria proposta por Polsby (2008).

#### **4. Referências Bibliográficas:**

BORCHERT, Jens. *Ambition and Opportunity in Federal Systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States*. Frankfurt (Germany): University of Frankfurt.

DOMINGUES, M. P. . Espírito Santo: Produção Legal e Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: Fabiano Santos. (Org.). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 1, p. 85-112.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. *Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol IX, nº 1, 2003, pp. 44-67.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Completada por Gaston Bouthoul. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

NORRIS, Pippa. *Passages to Power. Legislative Recruitment In Advanced Democracies*. Cambridge University Press, 1997.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. São Paulo: Ed Nova Cultura Ltda, 1996.

PARETO, Vilfredo. *Sociologia política*. Trad. Ruy R. Cunha. In: RODRIGUES, José Albertino (org). São Paulo, Ática, 1984.

PERISSIONOTO, Renato M. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpx, 2009.

POLSBY, Nelson W. *A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos*. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Gustavo Rinaldi Althoff. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, jun. 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa sociais, 2002. (Biblioteca virtual de Ciências Humanas).

SAMUELS, David. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. *Perfil, Trajetórias e Ambição Política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*. TEORIA E SOCIEDADE nº 16.2 – julho-dezembro de 2008 p. 130-155.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

\_\_\_\_\_. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. Capítulo: 01 – Livro ES (IJSN) – Trajetória Política - ES., 2010